



EMERGÊNCIA DE POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS NO PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA GUINÉ-BISSAU: CASO DA COOPERARIVA COAJOQ ERÁDIOS COMUNITÁRIOS NA REGIÃO DE CACHEU

Farã Vaz ¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira- UNILAB, Instituto de Humanidades, departamento de Programa de Pós-Graduação em Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Redenção, Brasil.

Resumo: O artigo é parte de dissertação sobre cooperativismo na Guiné-Bissau, tendo como agente colaborador a Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (Coajoq). Nosso objetivo neste artigo, é apresentar ao leitor como cooperativismo sérvio de mecanismo e espaços de emancipação socioeconômica de jovens na região de Cacheu. Para isso, primeiro fizemos uso de perspectiva histórico conceitual do conceito emancipação em diálogo com análise de documentos e entrevista sobre e na Coajoq. A pergunta que nos mobiliza é essa: como as atividades da Coajoq influenciam processos da emancipação socioeconômica nas comunidades da região de Cacheu? Para tanto, considera-se que as ações emancipatórias além de serem diferentes com a noção ocidental, na África, estão carregadas de noção de solidariedade - *Ubuntu*, em que o coletivo sempre está em jogo de afirmação. Assim, as ações da Coajoq, assumem, nesse coletivo, o papel de emancipador, na geração de novos saberes e experiências que visam ampliar a liberdade de geração de novas aspirações, utópicas nos jovens e mulheres nas *tabancas*.

Palavras-chave: Guiné-Bissau. Ubuntu. Cooperativismo. Emancipação.

EMERGENCE OF EMANCIPATORY POSSIBILITIES IN LOCAL DEVELOPMENT PROCESSES

Abstract: This article is part of a master's thesis on the study of cooperativism in Guinea-Bissau, having as a collaborating agent Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (Coajoq). Our objective in this article is to present to the reader as Serbian cooperatives of mechanism and spaces of socioeconomic emancipation of young people. For this, we first made use of a conceptual historical perspective of the concept emancipation in dialogue with document analysis. The question that mobilizes us is this: how do Coajoq's activities influence processes of socioeconomic emancipation in communities? Therefore, it is considered that emancipatory

¹ Licenciado em Sociologia; Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH/UNILAB), voluntário de Projeto de Fortalecimento de Ensino, Pesquisa e Extensão na Comunidades de Países de Língua Oficial Portuguesa – CPLP na UNILAB (CONSA-CPLP) e Membro de Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global. E-mail: vaz.fara@yahoo.com.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1733-697X>



actions besides being different with the Western notion in Africa are loaded with a notion of solidarity - Ubuntu, in which the collective is always at a game of affirmation. Thus, Coajoq's actions assume, in this collective, the role of emancipator, in the generation of new knowledge and experiences that aim to expand the freedom of generation of new aspirations, utopian in the young.

Keywords: Guinea-Bissau. Ubuntu. Cooperativism. Emancipation.

EMERGENCIA DE POSIBILIDADES EMANCIPADORAS EN LOS PROCESOS DE DESARROLLO LOCAL

Resumen: Este artículo forma parte de una tesis de maestría sobre el estudio del cooperativismo en Guinea-Bissau, teniendo como agente colaborador La Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (Coajoq). Nuestro objetivo en este artículo es presentar al lector como cooperativas serbias de mecanismo y espacios de emancipación socioeconómica de los jóvenes. Para ello, primero utilizamos una perspectiva histórica conceptual del concepto emancipación en el diálogo con el análisis de documentos. La pregunta que nos moviliza es la siguiente: ¿cómo influyen las actividades de Coajoq en los procesos de emancipación socioeconómica en las comunidades? Por lo tanto, se considera que las acciones emancipadoras además de ser diferentes con la noción occidental en Africa están cargadas de una noción de solidaridad - Ubuntu, en el que el colectivo está siempre en un juego de afirmación. Así, las acciones de coajoq asumen, en este colectivo, el papel de emancipador, en la generación de nuevos conocimientos y experiencias que tienen como objetivo ampliar la libertad de generación de nuevas aspiraciones, utópicas en el joven.

Palabras-clave: Guinea-Bissau. Ubuntu. Cooperativismo. Emancipación.

ÉMERGENCE DE POSSIBILITÉS ÉMANCIPATRICES DANS LES PROCESSUS DE DÉVELOPPEMENT LOCAL

Résumé: Cet article fait partie d'une thèse de maîtrise sur l'étude du cooperativisme en Guinée-Bissau, ayant comme agent collaborateur Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (Coajoq). Notre objectif dans cet article est de présenter au lecteur comme des coopératives serbes de mécanismes et d'espaces d'émancipation socio-économique des jeunes. Pour cela, nous avons d'abord utilisé une perspective historique conceptuelle de l'émancipation du concept en dialogue avec l'analyse des documents. La question qui nous mobilise est la suivante : comment les activités de Coajoq influencent-elles les processus d'émancipation socio-économique dans les communautés? Par conséquent, il est considéré que les actions émancipatrices en plus d'être différentes avec la notion occidentale en Afrique sont chargées d'une notion de solidarité - Ubuntu, dans laquelle le collectif est toujours à un jeu d'affirmation. Ainsi, les actions de coajoq assument, dans ce collectif, le rôle d'émancipateur, dans la génération de nouvelles connaissances et expériences qui visent à étendre la liberté de génération de nouvelles aspirations, utopiques dans la jeune.

Mots-clés: Guinea-Bissau. Ubuntu. Le cooperativisme. Amancipation.

INTRODUÇÃO



Este artigo é parte da dissertação sobre estudo de cooperativismo na Guiné-Bissau, tendo como agente colaborador Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (Coajoq). Nosso objetivo neste texto é apresentar ao leitor como cooperativismo sérvio de mecanismo e espaços de emancipação socioeconômica de jovens. Para isso, primeiro fizemos uso de perspectiva histórico conceitual do conceito emancipação em diálogo com análise de documentos. A pergunta que nos mobiliza é essa: como as atividades da Cooperativa Coajoq influenciam os processos da emancipação socioeconômica, nas comunidades? Para tanto, considera-se que as ações emancipatórias além de serem diferentes com a noção ocidental, na África, estão carregadas de noção de solidariedade - Ubuntu, em que o coletivo sempre está em jogo de afirmação. Assim, as ações da Coajoq, assumem, nesse coletivo, o papel de emancipador, na geração de novos saberes e experiências que visam ampliar a liberdade de geração do destino, novas aspirações utópicas nos jovens e mulheres de tabancas.

O nosso interesse aqui, não é nada mais que um exercício de tentar demonstrar o significado crítica das epistemologias do Sul, sobretudo o valor solidário da relação Ubuntu nas “periferias do capital”. Neste caso trata-se ruralidade africana, guineense, como campo de percepção de reais emergências de alternativas, na geração do destino, tanto para superação de desafios locais, como em busca da projeção de uma sociedade que torna os jovens locais centro.

Portanto, traçamos uma perspectiva em diálogo com relações de construção de alternativa empírica que visam mais emancipação de mulheres e jovens na busca pela superação de limitações. É uma demonstração de uma consciência transformadora além de determinações de ideologias neoliberais que consideram desenvolvimento como predisposição para competição meritocrática e individualista.

Existem conhecimentos sobre objetos e essências e teoria e ação geram conhecimentos (MARTINS, 2019, p.74). Na base deste pressuposto que se considera a necessidade de debater as questões que parecem evidencia entraves de processos emancipatória em que a resignação acoberta. Nisso, voltar os olhares aos processo endógenas é, mais que um exercício de mergulhar no cotidiano cultural e epistêmico, assim como nas experiências de ação e prática da sua convivência comunitária, cooperativa e ou associativa como a Coajoq nos propõe.

Para melhor orientar a leitura deste texto, decidimos estruturá-lo em quatro seções. Além da introdução, primeiro, procuramos dialogar com diferentes sentidos da emancipação, segundo trazemos uma breve apresentação da Cooperativa Coajoq. Na terceira parte do artigo apresentamos a rádio e Tv comunitária como espaço reflexivo da emancipação e também, um



espaço da oralidade africana. Na sua quarta parte, caro leitor irá encontrar a interpretação das entrevistas, realizadas na cooperativa Coajoq. E antes de apresentar as nossas considerações, apresentamos práticas emancipatórias como sendo alternativas germinadas a partir da dinâmica da ruralidade. Sendo estas práticas demarcadoras da fraca presença do Estado através de políticas públicas.

DIÁLOGO TEÓRICO CONCEITUAL ACERCA DE EMANCIPAÇÃO

A emancipação como categoria histórica e ideológica, nesta pesquisa, tem sentido utópico. Neste contexto, consideramos importante apresentar para o nosso leitor, um percurso histórico deste conceito. O seu uso no processo de luta pela independência dos países do continente africano e de povos da sua diáspora, como o movimento Pan-Africano que assumiu a direção de construção de novas relações.

A obra “História Geral da África”, no seu volume VIII, o conceito emancipação dos povos submetidos à colonização teve suporte como ideia e como princípios que orientam a razão do surgimento de diversos movimentos de povos negros, além de espaço continental. Este uso do conceito é encontrado no artigo, da autoria de Edem Kodjo e David Chanaiwa (2010, p.899), cuja demonstração pode ser percebida quando crítica aos pressupostos de liberdade posto na Carta de São Francisco de 1945 da ONU, como legado mecanismo de libertar as colônias.

Tayeb Chennlout (2010), faz a noção da emancipação como aquele que significa no seu alcance, progressão da história, independência das colônias. No texto do historiador Ali A. Mazrui, demonstra que essa noção da emancipação assumiu sendo como princípio da luta pela independência da África Austral.

Para Elikia M'bokolo (2010), a emancipação era o ponto chave da pretensão de movimento anticolonial, voltado à liberdade e ao direito à autodeterminação, na região da África Oeste, Congo Belga, na Ruanda, São Tomé, principalmente aos povos da colônia portuguesa em África. Nesta perspectiva, poderia enquadrar a emancipação econômica, cultural, escolarização das crianças e mulheres, discussão presente no texto de Chanaiwa (2010).

Kodjo e Chanaiwa (2010), consideram o conceito de emancipação como aquele configurava no centro de debate sobre a libertação de povos submetidos à dominação colonial, branca e europeia. Ainda, este autor, aponta o período de décadas de 1950, 1960, e 1970, quando



projeto maior no continente era descolonização e construção de Estados. O quinto congresso Pan-africano em Manchester, em outubro de 1945, com a liderança e participação de mais notórios líderes deste movimento, como Kwame Nkrumah, George Padmore, Peter Abrahams, W. E. Du Bois, entre outros, demarca uso político desta categoria. A declaração deste congresso, logo no seu primeiro ponto, no conjunto de seis pontos da resolução, em princípios, defendia “emancipação e a total independência de africanos e dos outros grupos submetidos à colonização das potências europeias, aos quais pretendiam exercer sobre eles um poder soberano ou um direito de tutela²” (KODJO & CHANAIWA, 2010, p.899).

E ainda com base nesta demonstração da noção emancipação, percebe-se o uso realizado com conceito de emancipação, no seio do movimento Pan-Africano e independências de países do continente e luta contra o racismo. Neste contexto as pautas da luta do pan-africanismo, principalmente a que foi expresso no congresso acima apontada, enfatizavam o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa e o meio para atingir a completa emancipação nas esferas econômicas, cultural e psicológica. Portanto, exortava a população das cidades e dos campos africanos, os intelectuais e os profissionais liberais a se unirem, organizarem-se e lutarem até a absoluta independência (KODJO & CHANAIWA, 2010, p.899).

O movimento pan-africanista tem como seus teóricos e precursores, Aimé Cesaire, Léopold Senghor, Leon Damas, mais tarde Amílcar Cabral e demais intelectuais. Estes cientistas políticos encarregados de desenhar bases ideológicas de luta contra o racismo e colonialismo brancos contra povo negro, principalmente africano, consideravam a emancipação, progresso como mecanismos de revalorização do mundo africano, seus valores milenares, suas culturas e concepção de vida e universo de relação solidária. Era percebido como exercício de “africanização de espíritos” (Amílcar Cabral, 1945), e, ainda, de “retorno às fontes” como disse Jurema José de Oliveira.

Desta noção da emancipação, reconhecia a proposição de Franz Fanon (1968, 1975) que considerava que a arma do povo oprimido tinha de ser a mesma usada pelo colonizador durante o exercício da dominação e exploração do colonizado. Ou seja, a única forma de emancipar o

² Demais pontos da resolução do congresso segue: a) a emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela; b) A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias; c) A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa; d) A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente; e) O direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um anos e; f) O acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação.



negro, na condição de colonização e escravização só passa em pôr mesmo método que o colonizador usava sobre colonizado. Em outras palavras, os negros só poderão superar, emancipar-se, tornar-se autônomos quando aplicar mecanismos da violência do colonizador.

A década de 1950 foi marcada pela guerra de Argélia, culminando nos anos 1973 – independência da Guiné-Bissau, o debate em torno da emancipação estava voltado à noção de progresso - construção do homem novo (Amílcar Cabral, 1976), e para Franz Fanon (2008) progresso estava em torno da noção de “práxis absoluta” do negro colonizado em busca de uma nova linguagem, a partir de uma nova humanidade. Para estes autores, e principalmente na era de Fanon, a noção de violência do colonizado para o colonizador era uma instância de busca pelo equilíbrio da condição do humanismo.

Entre a violência colonial e a do colonizado, segundo Mbembe (2014), prima a elevação da humanidade do colonizado pela oferta de violência do colonizado para com colonizador, em transportar, força própria, rumo a um lugar mais alto do que aquele que lhe consignado em função da raça em decorrência da sujeição. O alcance da nova linguagem e humanidade seria acesso a emancipação dos povos colonizados.

Até aqui, pode-se perceber que o conceito emancipação, nos finais do século XX, principalmente no processo de libertação dos países africanos, estava voltado à liberdade, soberania e direito à autodeterminação dos povos submetidos à dominação e exploração. O lugar teórico que este conceito ocupava, representava o estágio aspirado na progressão de história de cada sociedade. Nesta ótica, a emancipação era aspirada como hoje se pode aspirar o desenvolvimento, seja ela econômica, cultural, política, social. Mas, sobretudo, aquando da luta política dos povos que hoje são delegados à periferia do capital, ou ainda ao “subdesenvolvimento”, e são orientados a aderir à democracia com base nos princípios neoliberais, impulsados pela política do Banco Mundial e F. M. I., com as suas receitas desenvolvimentistas. Com base nesta reflexão, questiona-se, que relações de sentido são possíveis na compreensão teórica do conceito emancipação no século XXI, considerando a das epistemologias do Sul e a sua relação alternativa?

Assim, a nossa atualidade, com sofisticação de tecnologias, nos parece que o mundo e a relação de colonizado e colono, alcança estado de necropolítica (MBEMBE, 2018). Ainda, dependendo do contexto, como a africana guineense, parece necessário discutir e identificar novos contornos de violência. Mas, as confluências demandam considerar neoliberalismo de capital como instância e mecanismo que ancora a discriminação. Em que a pobreza e fome



continuam a ser resultado da condição de estágio de avanço paralisantes³ (DA CRUZ, 2018) [...] “estado frágil, clientelista com fracos resultado em termo de desenvolvimento econômico”, *referenciado no PIB* (DA CRUZ, 2018).

A mais nova contribuição de Mbembe (2018), na teorização da atual noção de poder, oferece avanço a partir do seu conceito necropoder e necropolítica, como mecanismo de interpretar a morte como estratégia e efeito do poder de nova base de percepção da realidade resultante de construção do outro subalterno, posto da condição de colonialidade e dependência do capital, para não dizer “subdesenvolvimento” no Sul, como periferia do capital extrativista de recursos naturais e terras agrícolas africanas. Os conceitos necropoder e necropolítica vem descortinando as novas formas de submissão da vida ao poder da morte (da violência física, da fome e pobreza mesmo rico de recursos naturais e concentrar maior população jovem) em condição de “fraco” ou “perda” da noção da soberania em diversos sentidos de uma sociedade.

Mbembe (2018), desperta a percepção, também da instrumentalização, quase generalização que reduz a democracia ao exercício de voto, a destruição material de corpos humanos, a fome e pobreza e redução de rural como espaço de produção e êxodo rural, não espaços de vidas. Nesta condição, a permanência na pobreza, dependência econômica e tecnologia e principalmente do conhecimento, para organização e manutenção da existência de si e das suas instituições passa a ser eixos chaves de controle do outro: desde a segurança da população da sua sociedade até a soberania alimentar. E ainda, o modo de pensamento passa a ser condicionado em detrimento da condição de colonialidade (QUIJANO, 2008). Assim, a baixa predisposições de ouvir o outro e suas angústias ou proposições políticas passa ser confrontada com a negação radical, agressões e implantação de fronteiras de odiosas que impossibilidade na projeção de uma outra sociedade com mecanismo democráticas cósmicos.

A noção da emancipação que assumimos aqui, não está além de um pensamento interpretativo e utópico exercitado na divulgação de conhecimento. É um desafio que visa superar a regulação social, econômica e até de direito expresso na atuação do Estado, orientado pelo capital internacional sub-regional, “imperialista” e por não dominantes de povos de sociedade de margem de capitalismo. Sem ignorar as flagrantes usos de mecanismo de violência do Estado na regulação da sociedade. Essa é uma condição da incapacidade de diálogos com os

³ Por não ser nosso foco, o artigo da Maria do Carmo Rebouças da Cruz, vem mostrando como a este país africano a partir de 1984, foi permeado com episódios de instabilidade política governamental e, que impossibilidade ambientes de construção de políticas de garantia de direito, como saúde de qualidade, educação, segurança e soberania alimentar.



novos paradigmas utópicos, novas reinvenções, novas retóricas que buscam dialogar para melhor configurar tópicos de sentidos comuns herdados de ancestralidade africana e novo senso comum⁴ emancipatório, capaz de gerar confluências. A intransigência resulta, também, do confronto com desconstrução de velhos silogismos sobre Estado, poder e papel de jovens.

Para Mudimbe (2013), às categorias como a complexidade, denominando-a de bifurcação das sociedades africanas e a sua invenção, está na conjugação de tradicional *versus* moderno, oral *versus* escrito e impresso, ou os sistemas de comunidades agrárias e consuetudinárias *versus* civilização urbana e industrializada, economias de subsistências *versus* economias altamente produtivas, podem ser citados para que exemplifiquemos o modo como o discurso colonizador pregava um salto de uma extremidade considerada subdesenvolvida para outra, desenvolvida.

A supressão de condição de colonialidade no uso de poder de Estado, impossibilitou a participação de grupos, hora de jovens na construção de pressupostos epistemológicos, políticos e identitários da sociedade guineense. E fez reduzir a juventude à força delegada ao futuro. Esta redução tem seu mecanismo no associativismo voluntariado como espaço de conformação crítica e de projeção de uma personalidade referenciada na cultura política ocidental. Isso se percebe na baixa participação de jovens e de coletivos partidários. Estes foram reduzidos de sujeito ao instrumento de campanha e objeto votante. É neste quadro de exclusão, de instabilidade política, que os jovens guineenses foram excluídos na construção pública de Estado. Mas, também, nestas dinâmicas emergem organizações alternativas a políticas públicas – como cooperativas, *mandjuandades*, associações comunitárias ou de tabancas etc.

O novo senso comum emancipatório, segundo Santos (2011), emerge nestas alternativas, a partir de formas de conhecimento que progridem do colonialismo para solidariedade que são possíveis e tolerantes, relativamente a caos, ao mercado liberal por ter potencialidade para criar uma ordem emancipatória capaz de facilitar uma resolução progressista da transição paradigmática. Um paradigma caracterizado na concepção emancipatória, não aquele reduzido somente no ser humano com o seu semelhante, que faz afirmar a racionalidade objetiva, a libertação do indivíduo, como era interesse de projeto de movimentos ideológicos pedagógicos e políticos - humanismo, iluminismo, metafísica e outras correntes ocidentais. Mas, visa sobretudo, fazer da emancipação uma liberdade para

⁴ Considera-se um conhecimento óbvio e obviamente útil (SANTOS, 2011:31) principalmente pelos seus sujeitos protagonistas da sua produção. Santos define o senso comum como conhecimento interdisciplinar e não-metódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para produzir; reproduz espontaneamente no suceder cotidiano da vida.



possibilidade de grupos sociais, sem dirimir a singularidade, terem a capacidade de afirmar suas filosofias de vida, como vimos *Ubuntu*. Uma emancipação que considera a natureza cósmica, não só o homem, mas todas as estruturas complexas, ecossistemas, espiritualidade, culturas e faz o mesmo homem existir como tal.

No enfrentamento ao êxodo rural dos jovens, nas suas *tabancas*, o desemprego dos jovens e não só, insegurança alimentar e nutricional⁵, frequentes crises políticas, corrupção, roubo de gado dos agricultores camponeses e a falta de políticas públicas agrícolas capazes de gerar mais emprego nas regiões. Nestas intransigências, urge pressupor que, a emancipação socioeconômica é uma condição exigente para população de zonas rurais, através do fortalecimento de práticas cooperativas. Este com base nos “princípios de comunidade, assente na solidariedade *ubutuista*” (MALOMALO, 2017), *com forte diálogo com outras culturas*, “de participação, e o princípio de estético-expressivo, assente nas ideias de prazer, e de autoria artefactualidade” (SANTOS, 2011, p. 331, *grifo nosso*).

Para Santos (2011), a noção de emancipação está nos princípios orientadores que permitem questionar as concepções hegemônicas do conhecimento, de direito, de poder e política. E na base destes princípios que desenha novos campos analíticos mais vastos e mais incompletos, e simultaneamente, menos ocidentais-cêntricos e menos Norte-acêntrico (SANTOS, 2011, p.331). Para isso, a modernidade regulada pelos seus excessos na equação entre a subjetividade, cidadania e emancipação não consegue fazer alcançar verdadeiro sentido emancipatório.

A emancipação não é mais que um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que a distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social conforme estabelecido na teoria democrática (SANTOS, 1991, p.188).

Neste excerto, a emancipação sofreu, na perspectiva de Santos, uma limitação por não contemplar aspecto cultural, étnico racial, que no contexto da Guiné-Bissau pode ser percebido, principalmente através da categoria cidadania que passou a ser associativismo voluntariado e não mais a tomada de consciência crítica a partir das identidades étnico culturais, memórias

⁵ Segundo a FAO, apesar de melhorias na situação política, a Guiné-Bissau continua a registar um défice alimentar de cerca de 90 mil toneladas, em média. A produção nacional bruta de alimentos é insuficiente para dar resposta às necessidades alimentares do país, e a má nutrição e a insegurança alimentar tornaram-se num constrangimento estrutural na Guiné-Bissau. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/a-au071o.pdf>> . Acessado em: 19 de novembro.



culturas locais de comunidades, tabancas e movimentos dos jovens a se colocar na possibilidade de mudanças de sentido de uso coletivo de poder.

Aqui, não se trata da emancipação de jovens por meio do associativismo político-partidário que passou a ser mecanismo de instrumentalização e conformação da juventude. Assim como não se espera a emancipação unicamente através do associativismo “voluntariado”, de igual modo foi introduzida no país depois do conflito de 1998/1999. Espera-se mais nos movimentos informais, nos coletivos, nas *mandjuandades* que têm cultura como o meio. Ou seja, processos de geração de novas utopias que ressurgem a partir de processos culturais e identitários em diálogos com outras culturas. É importante destacar como Santos (1991), na sua abordagem, que, Amílcar Cabral já vinha considerando esta perspectiva de emancipação, em que a cultura e o seu reconhecimento cultural constitui-se no fator da pedagogia da emancipação. Ou seja, a emancipação é antes de mais reconhecimento de identidade cultural própria melhor projetar uma outra cidadania.

Os novos campos analíticos, crítico e emancipatório, que realçam novas formas de opressão na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que abrem novos espaços para uma política cosmopolita, para diálogos interculturais, para defesa da autodeterminação e da emancipação. Assim sendo, um espaço que possibilita a “globalização” das práticas sociais *nas periferias do capital internacional e ou no Sul* (SANTOS, 2011, p. 331, *grifo nosso*). Os novos campos na nossa pesquisa estão nos diferentes modos de solidariedade intrínseco com culturas locais numa relação de campo e cidade.

Perante isso o único caminho para pensar o futuro parece ser a utopia. Por utopia entendo a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor porque vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito. A utopia requer, portanto, um conhecimento da realidade profunda e abrangente como meio de evitar que radicalismo da imaginação colida com o seu realismo (SANTOS, 2011, p. 332).

A emancipação aqui, não está voltada simplesmente para mulher, se não fosse assumir o reducionismo de problemas de fome e pobreza. Mas, só pode-se encontrar caminhos e mecanismos políticos e epistemológicos para a emancipação quando as mulheres assumirem definição de problemas e lideranças para respostas da mesma. Em uma condição que abrange a natureza desafios que mais afetam as mulheres. Isso, a partir do princípio de que o problema da mulher é, antes de tudo, um problema social. Ainda, mais, por considerar que, quanto mais uma sociedade sofre de flagelos da fome, pobreza, desigualdades, a mulher tende a ser



subalternizada. Por isso que consideramos que a emancipação visa alicerçar toda a base social afetada com o desemprego, êxodo rural, falta de políticas de formação de jovens\mulheres, políticas de agrícolas e segurança⁶ dos produtores nas zonas rurais e escassez de tecnologia para a produção na agricultura familiar capaz de garantir o emprego das mesmas, assim como, da insegurança alimentar e nutricional, tanto nas escolas, *tabancas*, mercados comunitários etc. Ou seja, é a liberdade de construção de novas utopias, senso comum. A Coajoq, nos parece ser este exemplo de exercício de liberdade, na concepção de Amartya Sen (2010).

Assim, pode-se supor que a crises de invenção de novas utopias emancipatória não se resume simplesmente pela razão só de fatos históricos, mas o modo como tem sido a luta de poder pelas elites políticas partidários, ora extrovertidos, como disse o filósofo Hountondji (2008), das realidades de problemas locais e até das identidades.

Então, como dialogar com a realidade dessa África criada e principalmente bifurcada para fazer invenção no inventado, uma nova utopia do conhecimento, práxis da realidade local profunda pautada na emancipação reflexiva? Que expressões das utopias emancipatórias emergem nas relações, projeção, ações de Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros na Região de Cacheu da Guiné-Bissau? É a partir destes enquadramentos que vamos buscar interpretar através das experiências de Coajoq nas zonas rurais da Guiné-Bissau, fundamentar a nossa perspectiva da emancipação como ações de novo senso comum, baseadas nos “tópicos” (SANTOS, 2011).

A COOPERATIVA COAJOQ UMA AGENTE GERADORA DE EMANCIPAÇÃO JUVENIL

A Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros (COAJOQ) foi criada 15 de junho de 2000, por um grupo de jovens africanos, guineenses, beneficiários de bolsa de estudo de governa da Guiné-Bissau, na República Popular de Cuba, nas áreas de agronomia, pecuária e floresta, que regressaram o país e, ter enfrentado um conflito de 1998-1999. Esta crise é conhecida na memória guineense como sete de junho. Um conflito resultante de complexas crises que conjuga desafios econômicos, políticos, militares e institucionais.

⁶ A questão da segurança nas zonas rurais, principalmente na região de Cacheu, merece ser investigada e interpretada considerando contexto estruturais e locais. Os dados de relatório da Liga Guineense de Direitos Humanos (LGDH) – 2007 e 2015, aponta que, o roubo de gado tem sido o fenômeno que afeta gravemente as famílias criadores de gado em todas as regiões da Guiné-Bissau. E a região de Cacheu, no qual consta o setor de Canchungo foi o destaque com dados de frequentes roubos, espancamentos de produtores nas *tabancas*.



A Coajoq foi criada com recursos assimilados por condições socioeconômicas que caracterizam a juventude guineense. Com isso, como pode ver nos arquivos memoriais da cooperativa, dez mil francos (10.000,00) franco CFA, correspondente a 16 D\$ e, 30 kg de arroz e 10 kg de feijão são primeiros recursos que possibilitam quatro jovens lançar a iniciativa de criar uma cooperativa no país que enfrentava muitas limitações. Ou seja, estes são recursos que lançaram a vida embrionária da Coajoq no ano 2000 como resposta ao excessivo desemprego de jovens e a emergência do êxodo rural.

A Coajoq, no seu Termo de Referência (2000), define-se como Cooperativa Agropecuária de Jovens Quadros. Por ser uma organização não governamental, vocacionada à promoção e desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais do Sul do rio Cacheu, tendo a sua sede no setor de Canchungo. As suas atividades estão orientadas, basicamente, no setor agropecuário e, conjuga a prestação de serviços, assistência e reforço de capacidade organizacional das comunidades, associações e agrupamentos de base nas *tabancas*.

A cooperativa trabalha com ações de “vulgarização”, novas técnicas de produção agrícolas, visando assegurar maior produção e produtividade, que permite um aumento de rendimento econômico e de melhoria de condições das populações. Reportando-se ao seu Termo de Referência (2000) de criação, a missão da Coajoq aposta no aumento de rendimento econômico, capacidade produtiva das associações e comunidades enquadradas como forma de contribuição para redução da pobreza e melhoria das condições de vida nas *tabancas*. Os princípios de igualdade de oportunidade entre sexos, solidariedade e espírito de interajuda, paz, justiça social, combate de fome e pobreza, altruísmo, lealdade, honestidade e transparência constituem os valores que orientam a funcionalidade no desempenho da Coajoq.

O campo da intervenção da Coajoq é desenhado a partir das ações de apoio às *tabancas*, famílias camponesas, associações de mulheres horticultoras, respectivamente: I) Formação e capacitação de jovens no domínio da produção agropecuária, II) Introdução e aplicação de novas técnicas e tecnologia da produção agrícola e hortícola nas *tabancas*; III) Criação e reforço de capacidade organizativa das associações e agrupamentos de base; IV) Implementação de projeto de desenvolvimento nos domínios de recuperação das *bolanhas*, furos de água, criação de fornos modernos de secagem de peixes e; V) Criação de animais de ciclo curto nas *tabancas*.

A cooperativa, a partir da sua concepção de desenvolvimento local, considera: a) reforço das atividades nas *tabancas*, sem desequilibrar a vida cultural e social de comunidades; b) responder às necessidades das comunidades, sem prejudicar o solo. Diante destes eixos, a Coajoq (2017), permite impactar a economia local sobre desemprego, mitigar a migração de

jovens de *tabancas* para a capital do país - Bissau e para o exterior, repensar o quadro de envelhecimento da população agrícola, com grau de escolaridade baixa. Constituir em problemas os impactos de desmatamento de floresta, destruição da fauna e flora costeira, falta de diversidade da alimentação e a sua segurança.

Os objetivos das atividades da Cooperativa Coajoq compreendem criar emprego na agricultura e no comércio, aproveitar o solo para o cultivo de diversas culturas, dar formação às comunidades nas áreas, rurais, aumentar a produtividade agrícola, diversificar a dieta alimentar, preservar os terrenos das alterações climáticas (salinização) como macro condições que podem fazer face a insegurança alimentar e nutricional através de introdução de novas tecnologias de produção.

Os recursos financeiros da Coajoq são de doações de organismo multilaterais e segundo são resultados de produção e prestação de serviços da própria cooperativa, através de prestação de serviço de lavoura com tratores, máquinas de descasque e motocultivadores, venda de frangos, frutas e legumes produzido e transformado pelos jovens na Cooperativa. Através de pesquisa de campo percebe-se que a Coajoq atua com projetos em distintos domínios de produção, os eixos da sua atuação, como criação de Rádios e TV comunitários, organização de feira comunitárias, presta serviço de formação técnica de jovens fazendo face a falta de escolas desta natureza na região. Na próxima seção apresentaremos experiência da rádio e TV comunitária e suas ações emancipatórias nas comunidades.

RÁDIO E TV COMUNITÁRIO UM ESPAÇO DE LIBERDADE E ABRIGO INSTITUCIONAL DE ORALIDADE AFRICANA

Nessa seção, não procuramos construir uma abordagem histórica do surgimento das rádios comunitárias na Guiné-Bissau, mas, demonstraremos com mais detalhes a influência da Coajoq aos jovens, grupos de mulheres e associações de *mandjuandadiis* na criação da rádio. Portanto, é nosso interesse perceber este espaço de construção do imaginário emancipatório e engajamento perante o foco de Estado nas zonas rurais - impulsionam a participação coletiva.

Desta forma, usaremos depoimentos de jovens da rádio Uler Abaand e da Rádio Voz do Rio Cacheu para conduzir o nosso leitor ou nossa leitora, a compreender o processo de emancipação. E é nesta ótica que dialogamos com a percepção de Sen (2010), de desenvolvimento como liberdades.

Segundo Englund e March (2019), o desenvolvimento das rádios no continente africano seguiu caminhos notavelmente semelhantes de onda da democratização do poder público e



acesso aos bens, apesar das claras diferenças nas políticas linguísticas, nas fortunas econômicas e nas transformações políticas dos diferentes países. Assim, no continente africano o que vem sendo comum em muitos países é o fato de monopólio virtual de maiores operadoras de ondas de rádios, que às vezes beneficiam o Estado ou empresas radiodifusão durante as primeiras décadas de independência.

A onda de democratização desde o final dos anos 80 trouxe importantes mudanças ao cenário constitucional e econômico da radiodifusão. Embora estações privadas, religiosas e comunitárias tenham preenchido as ondas de rádio em muitos países, também é importante reconhecer as muitas maneiras sutis pelas quais a transmissão de rádio controlada pelo estado, antes e depois da independência, poderia incluir ideias alternativas, particularmente na programação cultural e esportiva. Da mesma forma, a culpabilidade da rádio em orquestrar a opressão - ou mesmo o genocídio, como no caso de Ruanda - deve ser examinada criticamente. As ondas de rádio liberalizadas, por outro lado, chamam a atenção para desenvolvimentos que encontram paralelos na história da rádio em outras partes do mundo. Eles incluem a capacidade do rádio de mediar a intimidade entre personalidades da rádio e seus ouvintes de uma maneira que poucas outras mídias conseguem. Eles também se tornam aparentes nos usos do rádio no incentivo à participação e interação entre cidadãos comuns por meio de programas de telefone que se baseiam na rápida aceitação da telefonia móvel em toda a África (ENGLUND; MARCH, 2019, p. 4, tradução nossa).

A pesquisa da Corinna Arendt publicada na revista *Enciclopédias da Universidade Oxford Research*, considera que as emissoras nacionais são uma característica padrão em toda a África. Este foram criadas por regimes coloniais e primeiro movimento de luta pelas independências, eles dominam as paisagens da mídia com seu alcance geográfico incomparável. A rádio continua a ser a principal - e frequentemente única - fonte de informação fora dos centros urbanos, onde a mídia comercial luta para sobreviver e o “*analfabetismo*” continua sendo um desafio. Embora o acesso a novas mídias tenha aumentado exponencialmente, o uso da tecnologia móvel continua sendo proibitivamente caro. Algumas emissoras nacionais são emissoras oficiais do *estado*: pertencentes, administradas e controladas editorialmente pelo governo. No entanto, muitos afirmam ser emissores *públicos* (ARDT, 2019, p. 26).

Portanto, Arendt, reconhece que as rádios são responsáveis perante a sociedade.

Por definição, eles são responsáveis perante o público e não o governo da época: acessíveis a um público universal, incluindo uma ampla gama de pontos de vista; e justo, equilibrado e independente em seu jornalismo. Essa aspiração se reflete em políticas nacionais e supranacionais, como a Carta Africana sobre Radiodifusão e a Declaração de Princípios sobre Liberdade de Expressão na África. Na realidade, essas emissoras carecem de independência de jure, a condição básica para serem consideradas



“públicas”. Elas são, na lei e na prática, emissoras estatais - devido a uma série de determinantes históricos, sociais, financeiros e políticos, apesar das tentativas dos jornalistas e sociedade civil para mudar isso. Principalmente, falta vontade política - tanto nas elites coloniais quanto nas pós-coloniais - para abandonar o controle das redações e abrir espaço para divergências” (ARDT, 2019, p. 26).

Nestas abordagens acima, pode-se perceber que a rádio pode assumir diversos papéis, naturezas diversas. E, ainda, podem imprimir comportamento emancipador.

A pesquisa do sociólogo Miguel de Barros já vinha considerando a rádio comunitária como instrumento indispensável na consolidação da democracia. Assim, Barros (2015) afirma,

A expressão das rádios comunitárias na Guiné-Bissau revela-se um interessante mecanismo de aprendizagem que tem inspirado processos de participação cívica, transportando os meios para uma dimensão que supera a sua função de um simples veículo, integrando também a de instrumento da democracia e do direito a voz da comunidade desfavorecidas (BARROS, 2015, p. 33).

As rádios comunitárias assumem o papel de “inculcador” de valores democráticos, denúncias de violação de direitos, pelo Estado. Assim como nos espaços doméstica, incentiva a aquisição de novas técnicas e saberes de produção de oralidades (história na base da espiritualidade africana ancestral e, de transmissão de mitos e filosofias de vida) estas dinâmicas, constituíram na rádio, o papel de *justiceiro*, ou seja, rádio como viés mais rápido de resolver um problema e encobrir um fosso na ausência de espaço de relação entre Estado e a sociedade. Porém, é importante salientar que, ainda há um desafio muito grande em Guiné-Bissau em termos de administração e justiça. Isto, por exemplo se considerarmos o relatório de Liga Guineense de Direitos Humanos (2015 e 2017), a impunidade desde a quem está na gestão de espaço de poder até a população de zona rural.

Na pesquisa de campo tornou-se possível entender que as rádios comunitárias como caso da Rádio Uler Abaand, TV comunitário P'kis Uchack e Rádio Voz de Cacheu são, nesta região, mecanismo que vieram ocupar um importante papel de Estado com o direito à informação dos cidadãos nas zonas rurais.

Este direito vem sendo atendido pelas ações das iniciativas das associações e cooperativas de jovens e mulheres nas comunidades. Para isso, percebe-se que a região no seu todo conta com sete rádios comunitárias como pode ver na tabela abaixo. A pesquisa sobre a condição de rádios comunitárias demonstra uma escassez de recursos financeiros e a formação técnico profissional em diversas temáticas que exige funcionamento pleno de uma rádio.

A pesquisa de Lopes (2015), publicada em livro, intitulado “*Os médios na Guiné-Bissau*”, faz saber que existe um número significativo de rádios comunitárias existentes na Guiné-Bissau.



A tese da Patrícia Filipa da Mota Paula (2012), numa perspectiva comparada alerta para a importância da comunicação radiofônica como suporte ao desenvolvimento, cuja relevância tem sido amplamente reconhecida pelas agências das Nações Unidas. Para este, as rádios comunitárias são apostas de organismo multilateral por ser instrumentos de participação cívica na esfera pública, como garantes fidedignos dos direitos e liberdades humanas em contextos caracterizados pela extrema pobreza, como antídotos ao isolacionismo, à apatia e à “infoexclusão” gerados pela “Globalização da Informação” e como ferramentas multissetoriais.

Perante o exposto pode-se perceber da Paula (2012), não conseguiu identificar que as chamadas organizações multilaterais parecem não ser promotoras único. Como se a juventude fosse receptores. Nisso, percebemos é de próprios jovens e mulheres, nas suas comunidades, as iniciativas, em que as chamadas organismos multilaterais e não governamentais passaram a ser “suportes” econômicos, como caso da rádio Uler Abaand e Voz de Rio Cacheu que apresentaremos no próximo tópico.

Posto tudo isso, a rádio comunitária funciona mais com tolerância, inclusão e mecanismo alternativo que garante o exercício de direitos de todos/as, que traz à tona a oralidade africana como liberdade de expressão das pessoas residentes nas comunidades/*tabancas*. E por ser este ser instrumento que assegura a livre circulação de fluxo de ideias, opiniões, reflexões, também desenvolvem um papel fundamental na construção de novas consciências sobre problemas que afetam a comunidade. Lembrando que, dependendo das influências políticas partidárias ou regimes, a rádio pode ser também um mecanismo de instrumentalização política, divisionismo sobretudo nos jovens.

EXPRESSÕES DE EMANCIPAÇÃO A PARTIR RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Nosso interesse aqui é apresentar ao leitor como a rádio e TV comunitários tornaram espaços de emancipação tanto de comunidades assim como os jovens que trabalham e aprendem nestes espaços. Nossa discussão é demonstrar como a Coajoq através de rádio comunitários influencia processos da emancipação de jovens a partir de suas próprias iniciativas.

Baseando-se nos dados estatísticos da Agência Reguladora Nacional da Guiné-Bissau (ARN, 2018), na radiodifusão na Guiné-Bissau, corresponde a soma de 76 rádios incluindo público, privados e comunitários. Devidos por regiões do país, a cidade de Bissau representa 24, Bafatá 6, Biombo 02, Bolama/Bijagos 06, Cacheu 11, Gabu 10, Oio 08, Quínara 02 e Tombali 07.



As duas rádios que abordo aqui são de iniciativas da Coajoq e de mulheres nas comunidades. A Rádio Uler Abaand foi legalizada no ano 2006, conta com 10 dez jovens voluntários, destes, 6 são rapazes e 4 meninas. Dentre os quais estão técnicos, jornalistas e administradores. A rádio trabalha com base nas seguintes temáticas: agricultura, pesca, ambiente, saneamento básico e saúde, educação (formal/informal e não formal), desporto, religião, direitos humanos, arte humor, contação de história, opiniões etc. A rádio Uler Abaand conta com cobertura de 80.000 mil ouvintes, na região de Cacheu (zonas de Canchungo, Cacheu, Caliquissi, Caió etc.).

A Rádio, no ano 2008, contava com doze programas, respectivamente: a) Programa *Fala di mininos* (um programa infantil, significa fala de crianças), b) Programa Especial Fim de Semana (especial final da semana), Programa Espaço Cor-de-Rosa (programa romântico); c) Programa *Djumbai de Parmanha* (espaço de entretenimento, música e informação; d) Top FM – afro-mandinga (espaço de integração entre mandinga e fula e demais etnias); e) Programa *Firkidja* (espaço de música de nova geração e de aconselhamento dos jovens); f) Programa Espaço Juvenil (ocupa da atualidade dos jovens); g) Programa Bola na trave (programa desportivo); h) Programa *Saúde pa tudo guintis* (significa saúde para todos), serve para sensibilizar a população das comunidades sobre a saúde e doenças; i) Programa Andorinha preocupa com a promoção da cultura e língua portuguesa; j) Programa *Djumbai ku* ouvintes é espaço de humor e contos tradicionais; e l) Programa *Cabaz Garandi*, é um programa de músicas tradicionais guineenses.

A rádio comunitária *Voz do Rio Cacheu* surgiu em 2014, através da iniciativa da confederação de 14 grupos de *Mandjuandadi* de mulheres na região de Cacheu, e não só, como parte de corpo extensão da Cooperativa Coajoq. Segundo o coordenador da Coajoq, a rádio *Voz do rio de Cacheu* resulta da parceria e apoio das ações da cooperativa com grupos de *mandjuandadis* na Região” (LEANDRO, Canchungo, 2019). A *Voz do Rio Cacheu* na sua programação trabalha com Notícias (em cadeia com a Rádio Nacional e a Rádio Sol Manse, Rádio de França), conta ainda com serviços publicidades comerciais, Programa *Kuma de Corpo*⁷, programas religiosos (igreja católica, evangélico e muçulmano), programa desporto, programa direito de Saúde, programa de ambiente, programa de animação livre, programa de dedicatória.

⁷ Nome na língua crioulo que significa como estás ou numa tradução literal quer dizer como está o seu coro.



A comunicação no contexto africano, em particular guineense, é caracterizada pela existência das rádios, sobretudo as conhecidas como rádios comunitárias, por onde perpassam diferentes exercício educativa, culturais, políticas e línguas africanas. A iniciativa da Rádio *Uler Abaand*⁸ no setor de Canchungo inaugurou um forte engajamento de jovens nas zonas rurais. Não só na criação da cooperativa, mas antes no enfrentamento dos desafios cotidianos perante busca incessante de satisfação ou espaço de promoção das suas aspirações como formação técnico superior, condição de saúde, alimentação e a segurança social. Assim, em resposta à nossa questão, os entrevistados argumentaram que como tiveram conhecimento sobre o manejo de uma rádio?

Ninguém, entre nós, tinha noção do que é a rádio, como eu, tinha tanta admiração em saber como funciona uma rádio. A própria cidade de Canchungo estava sem rádio. Se tiver qualquer informação a comunidade ligava o setor ou tinha que levar a Bissau (rádios da capital do país). Então as pessoas viram a Coajoq e principalmente a rádio como uma coisa nova que chegou, então cada um quer pegar essa coisa nova. Então começamos a trabalhar, até 2008 sentimos que estávamos atingindo um nível de audiência muito grande. Nesse período tínhamos 16 programas internos tirando aqueles que são de interesse externo da rádio, como programas providos de interesses de ONGs, igrejas, polícia de trânsito etc. Conseguimos fazer uma guerra com as rádios que tentavam dar a cobertura a nível nacional pelo nosso grande impacto na região (Entrevistado C. F., em Canchungo, 2019).

Através de observações feitas no campo da pesquisa, foi possível constatar que, no sentido mais lato, tanto a Rádio *Uler Abaand*, assim como, a Rádio *Voz do Rio Cacheu*, deparam com dificuldades. Dificuldades são essas: transporte de próprios jovens para coleta de informações nas comunidades, garantia das condições salariais dos voluntários das rádios, reforço de formação técnica, compra e manutenção de materiais, falta de sistema de energia elétrica estável. Perante estes desafios, o enfrentamento desta juventude está sobretudo na convicção de que as pequenas ações são capazes de mudar, possivelmente, o rumo da Guiné-Bissau. Para isso, o entrevistado sublinha:

Nós somos os próprios membros fundadores, participamos na construção da rádio. O único edifício que estava aqui era somente a rádio. Na altura tínhamos muita dificuldade em conseguir a água. A Coajoq na altura era um menino que acabou de nascer, mas tinha outros meninos que queria mimar que é a rádio. Tudo era na granja, mas devido ao conflito entre a granja com a Coajoq e uma outra ONG privada, não chegaram a um consenso, obrigatoriamente mudamos

⁸ Nome *Uler Abaand* resultada da língua mandjaca, significa está na hora, de trabalho e tudo que achas que é importante para nossa comunidade. Está na hora, uma história que começou no ano 2006.



para aqui. Onde estalamos, era muito difícil conseguir água. Como era na época da chuva, fizemos questão de aproveitar restos de água de chuva nos buracos da estrada” (Entrevistado C. F., em Canchungo, 2019).

“Devido a dificuldade materiais e de muitas coisas passamos dificuldade. Materiais que temos não são profissionais, muitos são de amadores, a única coisa profissional que temos é a emissora. Então todas as matérias que usamos no trabalho são de amadores. Não tínhamos nem computador para fazer o serviço de rege. Nem leitor de CD tínhamos. Mas com receitas de programas começamos a mudar um pouco. Hoje temos materiais que não eram materiais de início. Mas a gente tinha amor por fazer rádio e é esse amor que continua até hoje” (Entrevistado D. S., em Canchungo, 2019).

A existência da Coajoq dependeu e ainda depende da juventude e mulheres camponesas. Portanto, questionamos a jovem que ali se encontra desde o primeiro momento da implantação da rádio comunitária, “como jovem que acompanhou a Coajoq ao longo da sua fundação até hoje, como se sente nessa organização? Explica que:

Tirando a questão da rádio, a Coajoq tem sido a formadora de muitos jovens, no setor de Canchungo e a nível das associações, não só no setor de Canchungo. Mas em nível do Sul da região. Então comecei nestas andanças que iniciou em 2006. No ano de 2012, a cooperativa conseguiu um projeto em parceria com a PAM. Entrei nesse projeto como coordenador de gabinete PAM (Programa Alimentar Mundial) para área de cantinas escolares. Daí quando saí no vínculo voluntariado, passei a ter vínculo com a Coajoq onde hoje sou pago por mensalidade, muita embora que não é muito coisa. Eu hoje sou também formador na área de técnica de uso da rádio comunitário, formamos jovens. Hoje somos ganhador de formação com a Coajoq. Hoje em muita sociedade somos chamados a dar formação. A cooperativa deu às jovens oportunidades através das suas dinâmicas. Eu fui diretor da rádio, depois como diretor de gabinete do PAM. Então, todas as andanças que fizemos é junto com a cooperativa, ganhei muito com a Coajoq. Até ali senti que estou ganhando autoformação acadêmica, porque vim a rádio e comecei a ganhar algumas bolsas, como secretariado, associativismo, línguas, em muitos outros centros de formação (Técnico da Rádio, Canchungo, 2019).

O depoimento do entrevistado demonstra que a rádio serviu como espaço de formação e de acesso às oportunidades. Um fato que, segundo Barros e Camará (2018), consideram como sendo a esmagadora maioria de jovens comunitários e rurais que trabalham nessas rádios comunitárias, mesmo não sendo remunerados financeiramente, ao entrarem para a rádio eles passam a gozar de um estatuto social mais elevado, são reconhecidos pela comunidade como prestadores de serviço público e, deste modo, adquirem uma maior capacidade de expressão e intervenção na sociedade, conquistando assim um espaço enquanto cidadãos ativos. Nesta ordem, a cobrança de título de formação não é a atribuição de cargo de funcionária da rádio. Desde que não existem cursos públicos capazes de ancorar a formação profissional das juventudes.

Segundo Lopes (2015) a rádio comunitária vive de apoios próprios e demais parceiros, como aponta a pesquisa intitulada. Isso, em razão do fraco apoio do governo de Guiné-Bissau. A rádio Uler Abaand ganha suporte através dos parceiros internacionais da Cooperativa. Como constata o entrevistado quando perguntamos: “Quais são os principais parceiros da rádio que ajudam no seu sustento em termos financeiros? ”.

O primeiro parceiro é a Coajoq, desde os materiais ele é que compra. O que vem de outros projetos de outras ONG é quando temos contrato de programas com eles e possuem interesse de difundir no órgão. Então, é aqui que ganhamos um qualquer bolo de estudos nas faculdades locais. Os comerciais também que servem como forma de ganhar recursos. Mas a Coajoq é a força número um da rádio (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).

Não podemos tratar as rádios comunitárias como instrumento e instituições sólidas na África e em particular na Guiné-Bissau, por estes não dependerem somente de si. Para isso, quero aqui demonstrar que as rádios comunitárias, caso da Uler Abaand e a Voz de Rio Cacheu, dependem também de estabilidade política. Assim explica o nosso entrevistado, quando lhe perguntámos; “Podias apresentar as ameaças e dificuldade de uma rádio principalmente em Canchungo? ”

Ameaças, existem sempre! Principalmente de segurança, porque no regime em que trabalhamos, não vamos ter medo com segurança com outras pessoas. Principalmente, **os fardados** [trata-se de militares]. Se formos ver a traz o golpe dado em 12 de abril no ano 2012, a nível da Guiné-Bissau, a maioria dos rádios foram fechados. Mas nós continuamos a trabalhar sem problema, porque trabalhamos no regime comunitário. Ameaças que recebemos vem de descarga elétrica. A descarga elétrica já estragou nossos materiais duas vezes. A oportunidade é termos sempre apoio da Coajoq e aceitação dos nossos trabalhos pela comunidade. A nossa fraqueza é limitação financeira e, pelo menos, conseguir um pequeno subsídio para os jovens que trabalham na rádio. Conhecimento de nossos jovem na rádio precisam de capacitação, precisamos de reforço de capacitação. A última equipa que recrutamos na rádio é formada por nós mesmos. Sempre nos períodos de festas como fundo da rádio recebemos um pouco de dinheiro para abonar os jovens da rádio e também é esse fundo que usamos para reabilitar as bicicletas que usamos para busca de informação. Na minha pessoa não canso de reconhecer a Coajoq, hoje tenho muito respeito e conhecido, dou palestra, dou formação aos jovens que estão a abrir suas rádios comunitárias nas cidades, como a rádio de Cacheu. Tenho conhecimento técnico de montagem graças à rádio e a Coajoq (Entrevistado C. A. Canchungo, 2019).

Na mesma questão e observação, vimos que a rádio Uler Abaand está parada devido um problema técnico no emissor. Portanto, a dificuldade de reabilitar, captamos também um depoimento da entrevista que considera que,



As rádios comunitárias trabalham e cumprem o papel da rádio nacional que é público. Porque a rádio nacional não possui mínima condição de alcançar com a sua emissão o território nacional. Para isso, o Estado não tem nenhum projeto e apoio a rádios comunitárias. Difundimos as informações que são de interesse de Estado para população sem mínimo reconhecimento de Estado. A assembleia precisa de criar lei de subvenção para as rádios comunitárias que fazem serviços mais essenciais e chegam mais perto das comunidades. Só a AD [ONG] financiou mais de 25 rádios comunitárias que são desconhecidas pelo Estado (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).

O depoimento apresentado a partir de olhares, vivências e experiências de jovens, “trabalhador”, a Coajoq proporcionou espaço de troca de experiências que visam emancipar os jovens nas zonas comunitárias na região de Cacheu e no setor de Canchungo. A entrevistada, aqui, teceu críticas ao Estado no que tange à necessidade de suporte para as rádios comunitárias. No contexto da Guiné-Bissau, estas dificuldades já vinham sendo apontadas na pesquisa de António Soares Lopes (2015).

Em razão da Cooperativa Coajoq, e não só, o primeiro setor é, principalmente a agricultura, como aquele que seria “motor” para desenvolvimento, as rádios comunitárias também enveredam neste mesmo caminho. Ou seja, a rádio comunitária é vista como instrumento da agricultura, na comercialização, difusão de novas técnicas, assim, como no combate de novas pragas e ou epidemias. E ainda, as duas rádios de Canchungo e Cacheu, carecem de promoção de cursos de capacitação radiofônica na modalidade à distância.

Por isso, perguntamos o seguinte: “A Coajoq, no início, estava muito preocupada com a agricultura. A rádio é vista pelos agricultores como importantes?” A resposta obtida sobre a questão considera que,

Sim, senhor, se formos ver slogan da rádio – Rádio Uler Abaand Voz de Campo. O nome significa na língua mandjaca “está na hora”. E isso significa para nós que, está na hora de aqueles que estão no campo levantar tem a voz levantar. Voz de campo é dar voz daqueles que não tem voz. É isso que a nossa missão faz, dar voz a aqueles que não tem. A nossa missão é com o campo. Passou muitas pragas no campo, nas zonas de Cadjugte, precisamente fui eu quem estava na rádio naquele dia, um bicho que chegou nessa zona que derrubava tronco de caju. Então, um homem pegou nesse inseto e trouxe a rádio, como não tenho conhecimento nessa matéria, indiquei a ele os engenheiros da Coajoq e a granja na direção-geral de agricultura para tratar essa praga e depois envolvemos na criação de espaço radiofônico de sensibilização a essa praga (Entrevistado C. F., Canchungo, 2019).



Além do mais, procuramos saber mais como percebem a rádio; o que tem sido a mudança que a rádio tem proporcionado na construção da subjetividade das comunidades de Cacheu e Canchungo na sua diversidade. O nosso entrevistado fez uma constatação. Assim, perguntamos: “Explica um pouco como percebe o setor antes e depois da instalação da rádio no setor de Canchungo, sem rádio e com a rádio? Será que a rádio está sendo instrumento de informação e formação para com as comunidades? ”. Afirma que:

Primeiro é quando andas na rua, você vê pessoas e dizem: Canchungo está morto, Canchungo morreu. Porque não tem a rádio, não escutamos a informação dentro do nosso próprio setor. Isso é para perceber que a rádio tinha papel importante na nossa sociedade. Se não fosse uma coisa importante, ninguém estaria a parar você na rua para dizer que Canchungo morreu, precisamos da rádio, para divulgar atividade desportiva, culturais de artistas, de cerimônias, de escolas, hospitais etc. Agora tudo é obrigado a ser feito em Bissau para pagar o serviço nas rádios que estão em Bissau que a cobertura não alcança bem a cidade de Canchungo. Na verdade, a rádio tem papel importante na nossa sociedade. Antes nem todo mundo tinha telefone, quando acontece um desgosto as pessoas percorrem primeiro a rádio para todo mundo ouvir. A rádio não tem mais as pessoas obrigadas a outros meios. Infelizmente não temos rádio e as pessoas levam as coisas, informações da cidade para a capital Bissau. Até hoje tenho vontade de fazer uma outra rádio, mas não tenho financiamento. Eu vejo a importância de fazer a rádio em mim mesmo, erro muito tímido, falar no meio das pessoas era um problema, tudo acontecia timidez, mas a rádio tirou-me tudo isso (Entrevistado, D. C. Canchungo, 2019).

O depoimento nos coloca no exercício de perceber quão a rádio é indispensável na vida rural. No dia que aplicamos esta entrevista encontramos a rádio Uler Abaand com problema técnico no emissor fato que fez a cidade ficar, por mais de sete meses, sem a rádio. No entanto, um outro fator de rádios, além da função formador, animador e de resistências em dar a oportunidade àqueles que não tem, vez e voz, as rádios comunitárias possuem função integradora das tabancas, das línguas locais, de valores culturais e aprendizados sobre as línguas étnicas de cada modo cultural da África guineense. E, sobretudo, a rádio é um mecanismo de resolução de conflitos e construção de outras noções.

A língua crioula é língua integradora, instrumento de comunicação, permite maior alcance dos conteúdos produzidos junto aos ouvintes nas tabancas (BARROS & CAMARÁ, 2018, p.14). Mas, isso não dispensa outras línguas étnicas, indenitárias e consegue penetrar nos interstícios de territórios emocionais e afetivos, potenciando a interatividade entre os locutores e ouvintes. É comum nos estudos de comunicação, sobretudo de rádios e TVs comunitárias em África, encontrar uma outra denominação da rádio como a boca grande, instrumento da



democracia e ou para democracia. Ele é boca grande na medida que é capaz de fazer chegar comunicação com mais velocidade e com proporção de maior número de ouvintes. O custo para ouvir rádio em casa é acessível para moradores da cidade e do campo. Por outro lado, é instrumento da democracia por sua existência plena depender, antes demais, da existência do poder público com políticas. E, terceiro, compreende a rádio e TV comunitárias como instrumentos para democracia, na medida que estes são percebidos como sendo aqueles que são capazes de fazer uma certa comunidade ou país fazer destes espaços campos de resistência, reflexões críticas e de proposição de novas perspectivas utópicas. Uma outra percepção que aqui, pretendo acrescentar é que, rádio comunitária e TV no contexto africano assumem ser possíveis usinas⁹ da oralidade, na medida que as instituições tradicionais são desafiadas na dinâmica da abstração de valores e recursos via ao mercado. E, as características de sociabilidade, chamada moderna, não possuem condições dialógicas com saberes que fazem da oralidade a fibra de transmissão nas tabancas, e sendo este mecanismo da emancipação cósmica, ancorado na filosofia *ubuntu*.

Durante a pesquisa pude perceber uma certa preponderância de uma certa definição positiva da rádio. E este é carente de compreensão destes espaços possíveis a converter em valor de mercado e desempenhar papel deste. Ainda, a rádio também é possível ser mecanismo de violência ou fibra para introjeção ideológica que visa ser instrumental, ditatorial, de reprodução da colonialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento que interpreta a juventude africana e, principalmente, guineense, como aqueles que não acreditam na possível emancipação local e, portanto, resignados, no contexto, não nos parece significativo e não diz nada sobre essa sociedade. Mas, talvez, o descrédito da juventude estaria sobre as instituições públicas como campo de produção de crise social e expressivamente acabam sendo determinantes de problemas como insegurança alimentar e

⁹ Aqui a noção da usina compreende um campo de instrumentos objetivos e subjetivos, dinamizados por sujeitos capazes de gerir e processar informações em produtos finais ou semiacabada para geração de uma emancipação ancorada numa emancipação cósmica.



nutricional, desemprego dos jovens, êxodo rural e avanço de prática de insustentabilidade ambiental.

Portanto, a emancipação através de ampliação de espaço de liberdade e de construção de novas utopias faz-se perceber que, as mulheres são mais possibilitadas a usar espaços de cooperativismo emancipatória como espaço de construção de respostas aos desafios sociais, domésticos, econômicos, políticos e ou culturais.

Assim, volto a informar ao leitor que este texto é uma parte do capítulo de dissertação, razão pelo qual, algumas questões são apresentadas de forma resumida. E, a pesquisa é um exercício de construção de uma abordagem teórico conceitual para interpretar as expressões e fenômenos empíricos que emergem nas sociedades africanas guineense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Miguel; SAMBÚ, Midana; SILVA, Racinela. A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas. 1ª Edição UEPAANE: *Bissau*, 2014.

BARROS, Miguel de; CAMARÁ, Fátima Tchumá. Rádios comunitárias e processos de recriação da cidadania ativa na Guiné-Bissau: sentidos de pertença, direito à voz e apropriação do espaço In: *Media Freedom and Right to Information in Africa* [en ligne]. Lisboa: *Centro de Estudos Internacionais*, 2015.

BARROS, Miguel. Análise da Cobertura dos Mídia sobre Questões dos Direitos Humanos: O Caso da Guiné-Bissau / Miguel de Barros. – *CORDESRIA*, 2011.

ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no Sul do Brasil. 2. ed. Porto Alegre: *UFRGS*, 2009.

AUGEL, Moema Parente. O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau/. *Moema Parente Augel*. – Rio de Janeiro: 2012.

BELTRAME, Matheus M.; AZEVEDO, Edmilson Alves de. Emancipação e sua problemática trajetória conceitual / Matheus M. Beltrame e Edmilson Alves Azevedo. *Problemata: Revista de Internacional de Filosofia*. V. 8. N.2, 2017. p. 72-103.

CABRAL, Amílcar Lopes. A agricultura da Guiné. Algumas notas sobre as suas características e problemas fundamentais. *AGROS*. Número Especial dedicado ao Ultramar, 1959.

CABRAL, Amílcar Lopes. Uma arma de teoria. *Seara Nova*, 1976.

CHANAIWA, David. KODJO, Edem. Pan-africanismo e libertação / Edem Kodjo e David Chanaiwa. In. - História Geral da África. VIII: África desde 1935 / editora por *Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji*. – Brasília: Unesco, 2010.

CHENNTOUF, Tayeb. O chifre da África e a África setentrional / Tayeb Chenntouf. In. - In. - História Geral da África. VIII: África desde 1935 / editora por *Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji*. – Brasília: Unesco, 2010.



FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1968.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. 2 eds. Porto: *Paisagem*, 1975.

HOUNTONDJI, J. Paulin. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre o Estado Africanos / J. Paulin Hountondji. – *Revista crítica de ciências sociais* Nº 80, março de 2008.

M'BOKOLO, Elikia. A África Equatorial do Oeste / Elikia M'Bokolo. In. - História Geral da África. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: *Unesco*, 2010.

MACAMO, Elísio. Aquino de Bragança, estudos africanos e Interdisciplinaridade / Elísio Macamo. In. - Como fazer ciências sociais e humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e Políticas. Terese Cru e Silva, João Paulo Borges Coelho, Amélia Neves de Souto (Org.). *Cordesria*, 2012.

MALOMALO, Bas'ilele. Estudos africanos ou novos estudos africanos: um campo em processo de consolidação desde diáspora africana no Brasil / Bas'ilele Malomalo - Capoeira – *Revista de Humanidades e Letras*, Vol.3, Nº. 2, SALVADOR, 2017.

MALOMALO, Bas'ilele. Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ações afirmativas para população negra (1995-2009): volume 1. [recurso eletrônico] / Bas'ilele Malomalo -- Porto Alegre, RS: *Editora Fi*, 2017a.

MALOMALO, Bas'ilele. Repensar o multiculturalismo e desenvolvimento no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa para população negra (1995-2009); volume 2. / Bas'ilele Malomalo—Porto Alegre, RS: *editora Fi*, 2017b.

MARTINS, Elcimar S. et al. (Etno) ciência africana: uma epistemologia a partir do pensamento dos dogons. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 11, n. Ed. Especi, p. 71-89, dez. 2019.

MARX, K. 1991. A questão judaica. 2ª ed. São Paulo, *Moraes*, 1989. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/marx_questao_judaica.pdf> Acessado em: 13 de jun. 2019.

MAZRUI, Ali A. “Procurai primeiramente o reino político...” / Ali A. Mazrui. In. - História Geral da África. VIII: África desde 1935 / editora por Ali A. Mazrui e Chisttophe Wondji. – Brasília: Unesco, 2010.

MBEMBE, Achille. A Crítica da Razão Negra. Portugal: *Antígona*, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad: Renata Santini. São Paulo: *n-1 edições*, 2018.

M'BUNDE, Timóteo Saba. As políticas externas brasileiras e chinesas para a Guiné-Bissau em abordagem comparada (1974-2014). Rio de Janeiro: *Gramma*, 2018.

MUDIMBE, Valentin Yves. A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Mangualde (Portugal), Luanda: Ed. Pedagogo; *Ed. Mulemba*, 2013.

OLIVEIRA, Jurema J. de. O nascimento de um discurso emancipatório dentro e fora de África no século XX / *Jurema José de Oliveira*. (s.d.).



OWUSU, Maxwell K. Rumo a uma crítica africana da etnografia africana: a utilidade do inútil / Maxwell K. In. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas / Helen Lauer, Kofi Anyidoho (organizadores). – Brasília: FUNAG, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: – Epistemologia do Sul (Org.) Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – 2ª ed. (CES: *conhecimento e Instituições*), Coimbra, 2010.

RAMOSE, M. B. Sobre a Legitimidade e o Estudo da filosofia africana. In. – *Revista Ensaios Filosóficos*, V. IV - outubro/2011.

SANGREMAN, Carlos. A política económica e social na Guiné-Bissau-1974–2016. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004. p. 757-776.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. 1 Ed.- São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Subjetividade, cidadania e emancipação / Boaventura de Sousa Santos. In. - Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 7 ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas / Boaventura de Sousa Santos; compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SEMEDO, Maria Odete da Costa Soares. As Mandjuandadi: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura / Maria Odete da Costa Soares Semedo. *Belo Horizonte*, 2010.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade; trad. Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Boninelli Mendes. - São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PAULA, Patrícia Filipa da Mota. Rádios comunitárias: em prol da comunicação para o desenvolvimento perspectiva comparada: *Guiné-Bissau e Moçambique*. 2012.

Recebido 01/03/2021

Aprovado em 30/04/2021